

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Fundamentos do Serviço Social

Supervisão de Estágio em Serviço Social: seu significado a partir dos avanços da profissão

Maicow Lucas Santos Walhers¹
Gabrielle Stéphaney Nascimento Sgarbi²
Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira³

Resumo: As Diretrizes Curriculares em Serviço Social preconizam o perfil profissional que se deseja formar a partir da direção social apontada pelo projeto ético-político. Esse entendimento parte da compreensão da natureza da profissão no mundo do trabalho tendo como norte o compromisso com a luta por uma nova sociabilidade, para além do capital. Esta particularidade instiga à refletirmos sobre a relevância do estágio supervisionado em Serviço Social enquanto espaço de síntese entre formação e exercício profissional. Neste processo, o estágio passa a ocupar um novo patamar e a supervisão se insere numa nova lógica curricular alicerçada no projeto ético-político.

Palavras-chave: Serviço Social; Diretrizes Curriculares; Política Nacional de Estágio; Estágio Supervisionado; Supervisão de Estágio.

Abstract: The Curricular Guidelines in Social Service advocate the professional profile that one wishes to form from the social direction pointed out by the ethical-political project. This understanding is based on the understanding of the nature of the profession in the world of work, based on the commitment to the struggle for a new sociability, beyond capital. This particularity instigates the reflection on the relevance of the supervised internship in Social Work as a synthesis space between training and professional practice. In this process, the

¹ Doutorando em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca. Graduado e Mestre em Serviço Social pela UNESP/Franca. Especialista em Gestão de Organização Pública de Saúde – CEAD/UNIRIO. Membro integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS) e Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Dimensão Socioeducativa no Trabalho Social (GEDUCAS). Assistente Social no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) no município de Cássia (MG). E-mail: <maicow.assistentesocial@live.com>.

² Doutoranda em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca. Graduada e Mestre em Serviço Social pela UNESP/Franca. Membro pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS). E-mail: <gabriellesgarbi@gmail.com>.

³ Docente do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca. Membro do GT – Grupo de Trabalho da Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (PNE/ABEPSS). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS). E-mail: <cirleneoliveira@terra.com.br>.

stage starts to occupy a new level and supervision is inserted in a new curricular logic based on the ethical-political project.

Keywords: Social Work; Curricular Guidelines; National Internship Policy; Supervised internship; Supervision of internship.

1. Introdução

Os avanços e desafios na formação profissional em Serviço Social devem ser analisados a partir da própria inserção da profissão no mundo do trabalho. O entendimento dessa natureza em relação a profissão não é consenso na categoria, mas é a concepção que norteia o desenvolvimento do presente trabalho em relação ao objeto que nos propomos debruçar: o lugar da supervisão de estágio em Serviço Social, sua compreensão pela categoria e seus avanços e desafios na atual conjuntura brasileira.

O reconhecimento do Serviço Social como trabalho está hipotecado ao entendimento da gênese de várias profissões que, em um dado tempo do desenvolvimento do modo de produção tornaram-se quase tão igualmente necessárias para a sua continuidade como o próprio trabalho operário. De tal modo, isso é possível constatar no movimento do real, que não foi tão somente o Serviço Social que surgiu na passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista. Acompanharam-no, por exemplo, os surgimentos de engenharias de produção, da propaganda (e de outras ligadas à comunicação) e do conhecimento da subjetividade humana. (GRANERMANN, 1999, p. 159).

A centralidade da categoria trabalho, nos permite analisar criticamente a realidade social em sua radicalidade histórica, social e cultural, a partir da “óptica da totalidade na apreensão da dinâmica da vida social, identificando como o Serviço Social se relaciona com as várias dimensões da vida social” (IAMAMOTO, 2008, p. 27). Este norte também direciona a perspectiva crítica que sustenta a formação profissional, alicerçada nas Diretrizes Curriculares de 1996, que fundamenta a necessidade de perfil profissional crítico, propositivo e criativo, através de uma “capacitação teórico-metodológica, alicerçada numa vertente crítica, que permita compreender a realidade social no seu movimento estrutural e em sua conjuntura” (OLIVEIRA, 2009, p. 106)

São essas dimensões da vida social em sua conjuntura e estrutura que norteou e norteia as formas de respostas da profissão frente aos desafios do mundo do trabalho. Essa visão em relação a profissão e do mundo presente (que é matéria da intervenção profissional na formação e no exercício profissional) como nos coloca Iamamoto (2008), que apresenta as contradições que atravessa o Serviço Social em sua totalidade. A construção de instrumentos ético-legais e de intervenção profissional ao longo do processo histórico,

são resultado das lutas sociais engendradas pela sociedade e, essas mesmas estratégias ético-políticas, são desafiadas nesse mesmo contexto pela dialética do movimento do real.

As Diretrizes Curriculares de 1996 são produto desse movimento da sociedade, atravessada pelas lutas sociais, procurando consolidar o projeto de formação profissional construído coletivamente pela categoria, onde a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa – ABEPSS, materializa esse compromisso político e a direção da formação em Serviço Social na contemporaneidade.

Essas mesmas Diretrizes Curriculares, ao serem construídas frente as contrarreformas do mundo do trabalho, também sofrem com os rebatimentos dessas transformações do mundo do trabalho e a lógica perversa de acumulação do capital. Também é neste terreno que a Política Nacional de Estágio – PNE é elaborada: frente a reflexão e crítica dos desafios apresentados pela contrarreforma do Estado e a atual configuração da política educacional ditada pela lógica neoliberal que transforma direitos em mercadoria, configurada através da prestação de serviços.

A lógica educacional está fundada na perspectiva neoliberal de desmonte do Estado na garantia dos direitos sociais, sendo considerado como custos que devem ser cortados. Contraditoriamente, o Estado deve aquecer a economia contribuindo para as taxas de superlucros e de acumulação. Intensifica a lógica de mercantilização dos direitos sociais: saúde e educação assim como demais direitos passam a ser visto como serviços rendáveis para o capital, principalmente diante da crise capitalista, que agrava suas contradições como o desemprego, as precarizações da relação de trabalho e o avanço de discursos meritocráticos que sustentam a concentração de renda, transferindo o sucesso e o fracasso para o indivíduo, como se fosse uma mera questão de esforço o sucesso profissional econômico e social. Com isto, a educação acaba sendo uma via de crescimento pessoal e de sucesso profissional.

No contexto de aprofundamento do projeto neoliberal, políticas sociais como saúde, previdência e educação [...] foram relegadas a último plano, com ações focalistas dos Estados [...] passaram a ser concebidas como “serviços”, cujos objetivos pautam-se na lógica mercantil e têm como finalidade última a obtenção do lucro. (PEREIRA, 2009, p. 269)

As configurações da política educacional se assentam no avanço do ensino privado nas suas diferentes modalidades presenciais, semi-presenciais e à distância. Sucateamento e cortes de gastos na educação pública, falta de repasse para o financiamento do tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão. Há dificuldade dos estudantes de se manterem na universidade por falta de incentivo às políticas de permanência estudantil. Neste contexto o estágio quando remunerado passa a ser visto como uma fonte de renda e de sobrevivência do estudante na graduação.

Todos esses elementos políticos do projeto neoliberal de sociabilidade atravessarão e constituirão o projeto neoliberal de educação: *privatização, desregulamentação e desnacionalização* da educação farão parte da pauta política dos organismos internacionais para os países periféricos naturalizando, da forma mais perversa possível, a possibilidade de conversão de nossa região. (LIMA, 2005, p. 90, grifo do autor).

Essa configuração da política educacional brasileira está atrelada ao atual estágio de acumulação capitalista, cuja lógica de produção se assenta na hegemonia do capital financeiro, na expansão da esfera de prestação de serviços, o alto emprego da tecnologia através da informática e a robótica, tendo como modelo o padrão toyotista. Esses processos contribuem para a configuração da educação na perspectiva da rentabilidade para o capital.

Conforme colocado inicialmente, as transformações no mundo do trabalho e na relação capital/trabalho, atravessam a profissão em sua constituição ao longo do processo histórico e sua inserção na realidade brasileira, apresentando desafios e possibilidades frente as contradições do capitalismo.

A partir desse referencial, que o estágio e a supervisão em Serviço Social devem ser analisados: enquanto respostas históricas da categoria frente as contradições do mundo do trabalho, ao mesmo tempo, que se configura como estratégias de enfrentamento, também constituem resistência frente aos desafios contemporâneos. Enquanto produto histórico, tendo como norte o projeto de formação profissional hegemônico da categoria, abordaremos a seguir, o lugar que a supervisão de estágio tem ocupado no processo de ensino-aprendizagem e posteriormente, analisaremos os desafios colocados para a sua efetivação conforme preconizado pela categoria tendo como centralidade sua importância na contribuição da efetivação da relação entre formação e exercício profissional.

2. O lugar da supervisão de estágio em Serviço Social a partir do projeto de formação profissional hegemônico

O lugar que a supervisão de estágio passa a ocupar na formação profissional em Serviço Social, sendo um dos elementos do processo de ensino-aprendizagem, parte da premissa que o estágio se caracteriza como um dos momentos de aproximação do estudante com a realidade social a partir da sua inserção no campo de estágio.

Este tem nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, uma nova centralidade na formação profissional, a partir da nova lógica curricular construída coletivamente pela categoria, cujo projeto de formação profissional está vinculado a valores humano genéricos emancipatórios, que fundamentam o exercício e a formação profissional com base no projeto ético-político historicamente construído pela categoria.

O projeto ético-político, sinaliza a direção social da profissão e marca o compromisso da categoria com a classe de trabalhadora, na qual é parte integrante, na luta pelos direitos sociais, a socialização da riqueza socialmente produzida e a superação da lógica do capital. As Diretrizes Curriculares, sendo produto dos debates e organização política do Serviço Social, tendo como a ABEPSS sua protagonista, também sinaliza o acúmulo Serviço Social ao longo do processo histórico de seu desenvolvimento e aproximação com as lutas sociais.

As Diretrizes Curriculares ao preconizarem uma nova lógica curricular, colocam o estágio como um dos elementos centrais desse processo, tendo como princípio a relação entre formação e exercício profissional, alicerçado pelo conhecimento apreendido no processo formativo e construído através dos sujeitos partícipes em toda a vida acadêmica, articulando ensino, pesquisa, extensão e demais conteúdos do projeto pedagógico, onde as Diretrizes Curriculares são norteadoras. O estágio e a supervisão passam a ocupar o lugar de síntese desse processo, contribuindo para a construção da identidade profissional e de competências e habilidades necessárias para o exercício em Serviço Social.

As atuais diretrizes curriculares – propostas inicialmente pela Abess em 1966 e revistas em 1999 –, têm no currículo mínimo aprovado pelo MEC em 1982, seu antecedente mais importante. Este foi proposto pela Abess em 1979, em pleno período ditatorial, incorporando alguns avanços do movimento de reconceituação latino-americano. (IAMAMOTO, 2014, p. 614).

Nesse contexto o estágio supervisionado curricular é considerado como elemento de síntese da relação teoria e realidade social, sendo considerado no processo pedagógico uma atividade educativa:

[...] que se consubstancia em atividade teórico-prática, efetivada por meio da inserção supervisionada do estudante nos espaços sócio-institucionais nos quais trabalham os/as assistentes sociais, capacitando-o/a nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional. Tal processo impulsiona o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao exercício profissional, bem como a construção do perfil profissional pretendido (crítico, criativo, propositivo, investigativo), comprometido com os valores e princípios que norteiam o projeto ético-político profissional. (ABEPSS, 2010).

Nesta direção, a supervisão de estágio começa a aparecer nos debates da categoria profissional sendo abordada por pesquisadores da área, mas requerendo ainda mais estudos específicos que aprofundem sua dimensão e as atribuições dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, sendo que um maior aprofundamento em relação a temática é apontada pela Política Nacional de Estágio de 2010. Reafirmamos que compõe o processo de ensino-aprendizagem a supervisão de campo e a supervisão acadêmica, onde os diferentes partícipes – supervisores de campo, supervisores acadêmicos e estagiários devem estar em permanente troca de conhecimentos e saberes.

Entre as obras significativas, de natureza histórica no Serviço Social, que abordam a questão da supervisão de estágio, destaca-se a publicação de Marta Alice Feiten Buriolla: *Supervisão de em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis*, produto da sua tese de doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica – PUC de São Paulo em 1992. Buriolla (2010), a partir da sua pesquisa, relaciona a supervisão em Serviço Social a partir de três concepções: a supervisão como processo de formação da matriz da identidade profissional; como processo de ensino-aprendizagem e como terapia profissional.

Apesar das contribuições significativas da autora, sendo que durante muitos anos, suas obras nortearam o estudo da temática do estágio supervisionado e da supervisão e sendo instrumento para a sua realização, destaca-se a superação de alguns conceitos, entre eles a compreensão da supervisão enquanto terapia. Esta concepção é colocada por uma das entrevistadas pela autora, ao querer destacar a relação entre supervisor e estagiário como um processo onde o “[...] indivíduo como sujeito ativo, participante do seu processo de aprendizagem⁴” (BURIOLLA, 2010, p. 60)

Compreendemos que quando o estágio atinge seu objetivo no processo formativo, enquanto espaço de troca de conhecimentos, de construção da identidade profissional e relação entre formação e realidade social, pode-se construir uma relação significativa entre os sujeitos envolvidos, mas este não se configura como terapia, não devendo confundir um papel educativo como instrumento de terapia. Caputi (2014) sintetiza a contribuição da autora:

No livro *Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis*, Buriolla destaca a importância da concepção da supervisão em Serviço Social, desde sua gênese até os anos 1990, considerando que a supervisão em Serviço Social não pode ser entendida isoladamente do contexto sócio histórico da profissão; analisa o significado da relação entre supervisor e supervisionado e o resgate dos papéis do supervisor numa perspectiva histórica, destacando assim, o papel de educador, de transmissor de conhecimentos-experiências e de informações, o papel de facilitador, de autoridade, de avaliador, além de aspectos relativos ao desempenho dos papéis do supervisor, como, a competência do supervisor, a sua pessoa, as condições objetivas de trabalho do mesmo, a concepção de mundo do supervisor e as ações consideradas prioritárias no processo de supervisão. (CAPUTI, 2014, p.24)

Entre outras autoras que abordaram a questão da supervisão de estágio, destaca-se Oliveira (2009) que difere a supervisão de campo e a acadêmica e as abordam como partes integrantes do processo de ensino-aprendizagem, destacando a importância dos sujeitos partícipes do processo de supervisão – supervisores de campo e acadêmico e estagiário:

⁴ Para maior compreensão em relação ao conceito abordado pela autora, consultar: BURIOLLA, M. A. F. *Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

A supervisão de estágio em Serviço Social envolve duas dimensões de acompanhamento e orientação profissional: uma supervisão acadêmica compreendida como prática docente e, portanto, sob responsabilidade de docentes integrantes do quadro funcional do curso de Serviço Social da UFA; e a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento direto realizado pelo assistente social das atividades desenvolvidas pelo estagiário, no contexto do campo de estágio. (OLIVEIRA, 2009, p. 105)

A autora ainda aborda a importância da clareza dos papéis dos sujeitos envolvidos nesta atividade pedagógica e destaca os equívocos que ocorrem neste processo e que acabam comprometendo a qualidade do estágio supervisionado. Muitos desses equívocos partem da utilização do estagiário como mão de obra barata e de uma falta de compreensão da dimensão educativa do estágio supervisionado:

A compreensão dos diferentes papéis torna-se fundamental para o necessário desenvolvimento do estágio supervisionado curricular em Serviço Social, evitando-se equívocos que comprometem a efetivação da referida atividade. Em relação ao estagiário, há uma tendência de identificá-lo como “o profissional” da instituição-campo de estágio, ficando assim responsável pelo encaminhamento de atividades que nem sempre são condizentes com sua condição de estudante. Outro equívoco é considerar o estagiário mão de obra barata, compondo ao quadro funcional da instituição e, portanto, sendo subordinado às suas exigências. (OLIVEIRA, 2009, p. 105)

Lewgoy (2009) também aborda a questão da supervisão de estágio, resgatando a dimensão que esta adquire ao longo do processo histórico e sua importância no estágio supervisionado, destacando os avanços em sua compreensão, passando a ser considerada como indissociável no processo de ensino-aprendizagem:

[...] da atribuição de treinamento de habilidades, de unidade entre teoria e prática, a supervisão é pensada, intelectualmente, como atividade indissociável do estágio, que, articulada ao projeto profissional, é configurada como lugar de ultrapassagem dos limites do imediatismo e da superficialidade do real. (LEWGOY, 2009, p. 95).

A supervisão de estágio dessa forma deve se tornar uma relação de troca entre os sujeitos envolvidos, contribuindo para a construção de conhecimentos e habilidades, através da reflexão crítica e da articulação entre formação e realidade social, permitindo a troca de saberes e entre supervisor de campo, acadêmico e estagiário: “[...] através da troca, do movimento do supervisor e do supervisionado (experiência – não experiência e nova-experiência) que exige habilidade, atitudes, respeito e ações efetivas, num determinado tempo e espaço a ser construído.” (ANDRAUS, 1996, p. 18 apud LEWGOY; SCAVONI, 2002, p. 4).

Percebemos que a supervisão de estágio tem sido debatida nos espaços acadêmicos e científicos da categoria, mas é necessário avançar nesse debate, procurando aprofundar seus elementos e o entendimento dos papéis dos sujeitos envolvidos nesta atividade pedagógica. Abordaremos, a partir desses referenciais, a contribuição da Política

Nacional de Estágio na compreensão das atribuições e competências de cada sujeito e os desafios para a sua efetivação na atual conjuntura de contrarreforma da educação brasileira.

3. Avanços na compreensão da supervisão a partir da Política Nacional de Estágio e seus desafios na contemporaneidade

Para compreendermos os avanços e desafios que permeiam o estágio supervisionado, faz-se necessário identificar os sujeitos partícipes no desenvolvimento do processo de estágio.

Após o início de preparação para a inserção do estudante no campo de estágio, por meio da supervisão acadêmica, esta atividade curricular é efetivada quando da entrada do discente numa instituição conveniada, ou seja, num espaço socio-ocupacional que seja oficialmente um campo de estágio, com a presença do assistente social no seu quadro funcional. Um dos instrumentos para a efetivação do estágio supervisionado é o plano de estágio, que deverá ser construído pelo discente, sob orientação dos supervisores de campo e acadêmico, e será imprescindível para especificar o conjunto de atividades que o estudante vai desenvolver, em consonância com as normativas vigentes.

A supervisão de campo e a supervisão acadêmica caracterizam-se como duas dimensões distintas da supervisão, mas ambas se correlacionam, pois, são atividades privativas do assistente social mesmo apresentando suas particularidades.

De acordo com a Resolução nº. 533/2008, a supervisão de estágio é um momento relevante para a formação profissional do discente. Caracteriza-se na atividade de ensino e aprendizagem e [...] na articulação entre pesquisa e intervenção, que se consubstancia como exercício teórico-prático mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais, objetivando a formação profissional e o conhecimento da realidade institucional. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2008, p. 2).

Ademais, o assistente social supervisor de campo deverá orientar, avaliar e acompanhar as ações realizadas pelo discente de acordo com o Código de Ética do assistente social. Este processo auxiliará as orientações realizadas pelo supervisor acadêmico no decorrer da supervisão acadêmica.

Concorde Oliveira (2004, p. 72): “A principal característica do supervisor de campo é o acompanhamento do estagiário na dinâmica do cotidiano do campo de estágio, construindo o ‘elo privilegiado’ na capacitação para o exercício profissional”.

A supervisão não propicia somente que o discente construa a dimensão técnica e operativa do trabalho, do fazer profissional, mas propicia a construção teórico-metodológica e ético-política, dimensões compõem a atuação profissional. No decorrer do estágio, o discente poderá compreender e construir as dimensões teórico-metodológica e ético-política

por meio de formulação de projetos, ações, intervenções, criação de estratégias que necessitam de embasamento teórico e de uma postura ética e política em consonâncias com os princípios da categoria.

Um aspecto que destaca-se é que nesta sociabilidade capitalista, competitiva, repleta de desigualdades sociais, na qual ocorre uma constante degradação do mundo do trabalho, a realidade de trabalho do assistente social é permeada por limites institucionais, tais como: cobranças para a realização de atividades que não são atribuição do Serviço Social e de tarefas burocráticas, ausência de infraestrutura adequada, vasta demanda de trabalho em detrimento do número de profissionais, hierarquização profissional e baixos salários; estes desafios comprometem a qualidade da atuação profissional do assistente social, refletindo no desenvolvimento da supervisão de estágio.

Vale ressaltar que o estágio possui muitos desafios na hodiernidade que rebatem na formação profissional dos discentes, tais como: a dificuldade de articulação entre as Unidades de Formação Acadêmica (UFA) e as instituições campo de estágio; a ausência de conhecimento sobre as normativas relacionadas ao estágio; instituições com instalações físicas inadequadas; hierarquização e/ou ausência de autonomia profissional do supervisor de campo e acadêmico; escassez de campos de estágios; estágio considerado como trabalho e estagiários como mão de obra barata, entre outros.

Devido a precarização das condições de trabalho, antes do profissional se comprometer com a atribuição de supervisionar estagiários, ele geralmente já possui uma vasta demanda de trabalho, relatórios, reuniões, atendimentos e projetos a serem desenvolvidos, diante dessa complexa realidade muitos profissionais tem medo de ficarem sobrecarregados e optam por não serem supervisores de campo.

Perante este cenário, faz-se relevante elencarmos estratégias de enfrentamento para os desafios presentes no desenvolvimento do estágio, com intuito de cooperar para o fortalecimento das Diretrizes Curriculares e da PNE.

Dessa forma, destaca-se a relevância do processo de formação continuada para uma atuação profissional e supervisão comprometida e em consonância com o projeto ético-político. Neste sentido, os supervisores devem apresentar-se enquanto sujeitos em processo contínuo de aprendizagem para conseguirem supervisionar e atender sua demanda de trabalho; o exercício da supervisão também propicia que o assistente social se aproxime das UFA, dos fóruns, dos eventos e das discussões da categoria, o que pode ocasionar diversas reflexões.

A organização, o planejamento e o embasamento teórico são essenciais para que os supervisores possam argumentar mostrando a relevância de suas ações, atribuições e prioridades.

Outra forma de superação dos desafios e fortalecimento da atuação profissional e supervisão de campo é que as UFAs discutam amplamente o significado e as formas de execução dessas categorias na realidade concreta.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS para os cursos de Serviço Social sinalizam um novo patamar na formação profissional procurando articular a relação entre conhecimento construído ao longo do processo formativo com a realidade vivenciada no estágio supervisionado. Diante dessa necessidade, o estágio supervisionado torna-se um dos elementos centrais do processo de ensino-aprendizagem. Contribuindo para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para o exercício profissional, alicerçadas no projeto ético-político da profissão.

O estágio também é o espaço de construção da identidade profissional a partir do compromisso e da responsabilidade. Neste processo a supervisão de estágio, tem um importante papel na articulação das dimensões da formação profissional através da troca de experiências entre os sujeitos envolvidos – supervisores de campo, estagiário e supervisor acadêmico. É o momento de reflexão, de criatividade e de construção de alternativas de intervenção que rompem com as práticas reiterativas do cotidiano profissional.

Apesar desse lugar que tem ocupado no processo de formação em Serviço Social, o estágio e a supervisão ainda encontram diversos desafios para sua efetivação, diante da reestruturação do capital, sob a hegemonia do capital financeiro e do ideário neoliberal, aliado a constante mercantilização dos direitos sociais que se tornam rentáveis para o capital e, contraditoriamente a precarização das condições de trabalho. O que tem rebatido nas formas de acesso da população aos seus direitos e aos serviços ofertados pelo mercado. Mercantiliza-se os direitos sociais, mas estes continuam sendo acessados por aqueles que tem condições de adquiri-los.

No campo da educação observa-se a priorização do ensino privado em suas diversas modalidades à distância e presencial. O sucateamento do serviço público e o desmonte do tripé universitário. Todas essas transformações tem refletido na defesa do projeto profissional, que é materializado pelas normativas construídas coletivamente pela categoria.

Além desses desafios, percebemos que a supervisão de estágio ainda não foi apropriada pelos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, necessitando maior clareza dos seus papéis e de construção de estratégias para sua efetivação. Um avanço neste sentido tem sido a construção coletiva pela categoria, tendo a ABEPSS como protagonista, é a Política Nacional de Estágio – PNE, oriunda dos debates frente aos

desafios para a efetivação do estágio supervisionado e da supervisão como elemento fundamental desse processo. A PNE problematiza os dilemas vivenciados pelo estágio supervisionado, aponta alternativas e esclarece as atribuições dos sujeitos partícipes do processo de supervisão.

Apesar dos avanços é necessário preservar essas conquistas frente as ofensivas neoliberal e do desmonte da educação crítica, pública e de qualidade. Urge no atual contexto, desenvolver pesquisas sobre as realidades vivenciadas pelo estágio, os desafios enfrentados, suas formas de efetivação nas Unidades de Formação Acadêmicas – UFA's, e de apropriação das normativas da formação profissional e sua legalidade. Afinal, somente o conhecimento crítico alicerçado no compromisso ético-político é capaz de desenvolver formas de respostas e de fortalecimento da categoria.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS**. Brasília, DF, 2010.

BURIOLLA, M. A. F. Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. O estágio supervisionado. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CAPUTI, L. **Supervisão de estágio em Serviço Social: tempos de mundialização do capital – desafios cotidianos e (re)significados!** 2014. 228 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2017.

GRANEMANN, S. **O processo de trabalho e Serviço Social**. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social. mod. 2. Brasília, DF: CFESS : ABEPSS : CEAD : Ed. UnB, 1999.

IAMAMOTO, M. V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

LEWGOY, A. M. B. A . **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. ; SCAVON, M. L. A. Supervisão em Serviço Social: a formação do olhar ampliado. **Textos & Contextos**, n. 1, p. 1-9, nov. 2002. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/fass/article/view/925/705>>. Acesso em: 8 abr. 2019.

LIMA, K. R. de S. **Reforma da educação superior nos anos de contrarrevolução neoliberal**: de Fernando Henrique Cardoso a Luís Inácio Lula da Silva. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, C. A. H. S. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 80, p. 59-81, nov. 2004.

_____. Estágio supervisionado curricular em Serviço Social: elementos para reflexão. *Temporalis*, Brasília: DF, ano IX, n. 17, p. 99-110, jan./jul. 2009.

PEREIRA, L. D. Mercantilização do ensino superior, educação à distância e Serviço Social. **Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 268-277, jul./dez. 2009.